

OBSERVARE 1st International Conference

16 - 17 - 18 November, 2011

I Congresso Internacional do OBSERVARE

16 - 17 - 18 Novembro, 2011

INTERNATIONAL TRENDS and Portugal's Position



AS TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS e a posição de Portugal

Actas

Universidade Autónoma de Lisboa | Fundação Calouste Gulbenkian

<http://observare.ual.pt/conference>

A evolução da situação securitária no Atlântico Sul e seus arredores

Armando Marques Guedes
Universidade Nova de Lisboa

Palavras chave: Atlântico Sul, arquitectura de segurança, percepção de ameaças e securitização, risco, geopolítica

A apresentação repousa na geopolítica da situação securitária na parte meridional do Atlântico, e no que isso significa para os interesses portugueses e lusófonos. Toma sobretudo como ponto focal as ameaças crescentes a que a região tem vindo a fazer face e os riscos de uma rápida degradação que poderia resultar dos processos simultâneos de uma cada vez mais activa afirmação de *players* regionais e extra-regionais (estaduais e não estaduais) acoplada à ausência gritante de uma arquitectura de uma suficiente segurança regional. O Brasil, a Argentina, a Venezuela, a África do Sul, Angola e a Nigéria (para nos atermos apenas aos exemplos mais óbvios) têm-se visto impelidos a fazer frente com uma presença cada vez maior, na área, dos EUA, da Rússia e da China – presenças com impactos económicos, políticos e militares crescentes.

De uma perspectiva geopolítica, a região parece divisível em quatro sub-regiões, no que a estas tensões cada vez mais agudas diz respeito, cada uma delas suscitando questões espinhosas próprias. Uma atenção especial é dada aos interesses e respostas do Brasil, de Cabo Verde, e de Angola a esta nova conjuntura, e ao papel preenchido pela política externa portuguesa no desenvolvimento de tensões regionais, as potenciais como as já manifestas. O papel de organizações e coligações multilaterais será também aflorado, bem como os vários graus de formalização a que tal tem dado corpo. Mais do que apenas em dados económicos, políticos e militares puros e duros, a análise levada a cabo tenta dar conta da dimensão discursiva das ameaças e tensões sentidas nas quatro sub-regiões identificadas no Atlântico Sul.

Armando Marques Guedes – Professor Associado com Agregação da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Estudou Administração Pública e Antropologia Social, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, na *London School of Economics and Political Science*, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (Paris), e na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde se doutorou em Antropologia Social e Cultural. Agregou-se em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. É, ainda Professor convidado no Instituto de Estudos Superiores Militares e no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, bem como Professor *Honoris Causa* da Universidade de Bucareste, na Roménia. Foi Presidente do Instituto Diplomático e *policy planning director* no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Tem dezasseis livros e mais de noventa artigos publicados em áreas que vão dos estudos político-jurídicos africanos, à geopolítica, aos estudos sobre diplomacia e política externa e ao terrorismo. Proferiu palestras e organizou cursos em quarenta e um países, e tem obra traduzida em dez línguas e publicada em treze deles.

A evolução da situação securitária no Atlântico Sul e seus arredores

Armando Marques Guedes

O lugar estrutural da Lusofonia num subsistema regional em mudança

Em guisa de abertura: há oito Estados lusófonos no mundo¹. Destes oito Estados, todos menos três – Portugal, Moçambique, e Timor-Leste – são de algum modo vizinhos na ‘aldeia global’: *todos* os outros estão no Atlântico Sul, *lato sensu*. Ditas as coisas de outra maneira, todos eles estão juntos em redor ou no meio do sul do pequeno-grande Oceano Atlântico. Para dar a tanto o peso que merece, um dado demográfico: se dividirmos o mundo, não em 1º, 2º e 3º Mundos, como era habitual dividi-lo durante o período bipolar, mas antes entre Norte e Sul, depressa verificamos que *no Sul do mundo a primeira língua é a Língua Portuguesa*. É-o por causa do Brasil, com quase duzentos milhões de habitantes, e depois por Angola e Moçambique com cerca de vinte milhões cada; a segunda língua nesse ‘Sul’ político é o Espanhol; a terceira língua falada, sobretudo por causa da Nigéria e da África do Sul é a língua Inglesa; e a quarta é o Francês. Focando o Atlântico Sul – de algum modo um novo *Mare Nostrum* em potência – a centralidade e a importância do Português enquanto veículo de comunicação torna-se ainda maior; e com a excepção dos três Estados a que aludi, o mundo lusófono está como que espacialmente concentrado. Não será exagero asseverar que *a Lusofonia está no essencial centrada no Atlântico Sul*.

Vale decerto a pena pôr também em evidência uma propensão, desta feita um denominador comum interessante e não imediatamente óbvio: os países lusófonos, com a excepção recente do Brasil, têm as suas capitais no litoral. Não só de um ponto de vista histórico mas também de uma perspectiva geopolítica, esta é uma diferença que faz a maior das diferenças: por via de regra leva a uma desconcentração por via da acumulação da população nas zonas ribeirinhas. Em anos recentes este redimensionamento adquiriu um cariz geopolítico e geo-económico – porque se sabe hoje que ao longo do litoral norte de Angola há muito petróleo, um bem essencial no mundo moderno; as segundas maiores reservas petrolíferas do mundo estão no Brasil, no pré-sal; em São Tomé e Príncipe encontra-se igualmente petróleo, em enorme quantidade; e certamente havê-lo-á na Guiné-Bissau, embora apenas como previsão-dedução dos geólogos; em Timor há-o também. Sempre, no essencial, no mar.

¹ Tive o gosto de ver uma versão muitíssimo mais curta deste artigo publicada, em Novembro de 2010, na revista italiana de geopolítica, a *Limes*, sob o título “La lusofonia nella partita del Sud-Atlantico”, no. 5, 2010: 55-67. Bem como um outro, aparentado, muitíssimo mais curto, em 2011, intitulado “A Nova Geopolítica do Atlântico Sul”, na *Revista de Marinha*: 20-24, Lisboa.

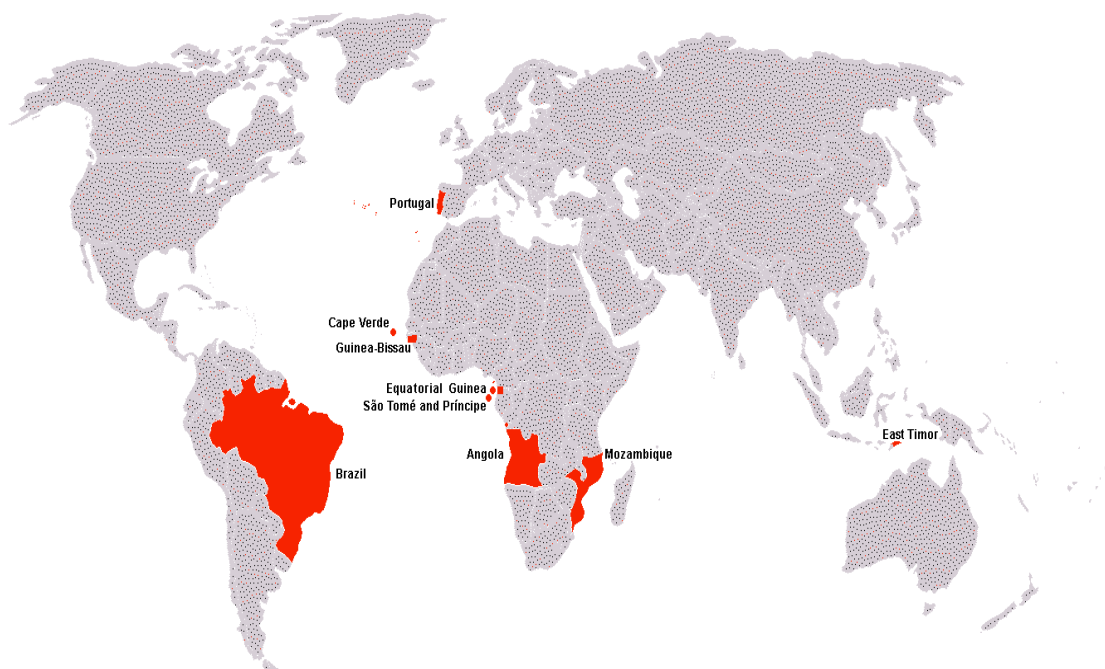


Figura 1. A Lusofonia e a CPLP no Mundo em 2011.

Tudo isto gera implicações de peso: puxando os fios à meada, o grosso dos países lusófonos detém nos seus mares, ao redor dos quais se acumulam as suas populações e se localizam as suas capitais, grandes recursos energéticos numa parcela do Mundo (o Atlântico Sul) cuja importância não pára de crescer – facto que aumenta uma importância estratégica que desde há muito tinham. Num passo suplementar, podemos pôr tudo isto em contexto histórico e político. Assim, note-se, num outro patamar de análise, que a articulação entre a segurança e a posição geográfica *marítima* é hoje em dia patente – convém que não nos esqueçamos que a maior aliança militar da História se chama North *Atlantic* Treaty Organisation, a NATO. Tem na sua denominação, *não* Continentes mas sim *um Oceano*.

Cabe, neste novo quadro, sublinhar o seguinte: a centralidade política crescente da bacia do Atlântico oferece à Lusofonia em geral, e a Portugal em particular, uma janela única de oportunidade, ao mesmo tempo que constitui para Portugal e para o todo da Lusofonia *um incitamento*: dá-nos uma janela de ensejo e um desafio a que devemos responder quanto antes. Por outro lado, e de uma perspectiva mais teórico-metodológica, é curioso verificar neste caso uma dança fascinante de subsecuritização e sobresecuritização, o que torna este um caso a merecer estudos mais aprofundados.

Uma questão geo-económica e geopolítica séria? A percepção dos riscos e oportunidades por diversos actores globais

Para tanto, é decerto proveitoso começar por entrever as coisas mais pormenorizadamente e num enquadramento geoeconómico e geopolítico maior.

Em resposta aos problemas que tem tido no Golfo Pérsico, o Ocidente está a tentar obter energia fóssil de locais outros que não os tradicionais. Não constituirá surpresa de maior se, nos próximos anos, se acentuasse a tendência, já sensível, para que o Golfo da Guiné se torne no novo “Golfo”. Se focarmos a África Ocidental a este respeito, os números falam por si. Basta, para tanto, uma simples comparação geral: com um *output* agregado de cerca de 4 milhões de barris por dia, a produção da Nigéria, do Gabão, e de Angola – todos eles com um enorme potencial de crescimento – é sensivelmente o mesmo que o *crude* extraído pelo Irão, a Venezuela, e o México juntos. E há mais Estados da região que se têm revelado como potenciais grandes produtores de hidrocarbonetos, designadamente São Tomé e Príncipe e a Guiné Equatorial. De acordo com dados oficiais, até 2015, os EUA planeiam aumentar dos 16% correntes para 25% a parcela do petróleo da região que importam.

Mas a questão é político-securitária e bem mais do que quantitativa. Não se trata apenas do facto de que, porventura, 8% das reservas mundiais de petróleo se encontram na região do Golfo da Guiné. De uma perspectiva de segurança, os campos petrolíferos do novo Golfo apresentam uma vantagem posicional decisiva: estão quase todos localizados *offshore*, e por isso relativamente insulados da instabilidade crónica que assola uma área continental que inclui vários Estados frágeis, muitos outros claramente falhados, e uma maioria deles corroídos por teias de corrupção e ineficácia quantas vezes terminais. Não há decerto pessimismo na asserção segundo a qual não é previsível que tensões políticas (que irão de rivalidades religiosas e “tribais” a lutas irredentistas e/ou ambições hegemónicas pelo poder e ascendente local e regional) se vão manter na África Sub-saariana das próximas décadas. E parece difícil separar tudo isto do interesse cada vez mais explícito demonstrado pelos EUA e pela China na região – para só dar os dois exemplos mais óbvios de um “acordar tardio para a África”, um acordar que, no que toca a Europa, ocorreu de forma generalizada em finais do século XIX.

Uma “securitização”. Não são, note-se, os norte-americanos os únicos a correr ao Atlântico Austral. Também outros o fazem em catadupa, da China, à Rússia, à Alemanha, por exemplo: uma vigorosa competição internacional está a instalar-se, numa nova “*scramble for the South*” – criando, assim, o que talvez devamos encarar como uma nova abertura cosmopolita da bacia oceânica e dos seus arredores continentais; a qual, seguramente, os torna numa arena geopolítica que se vê cada vez mais apreendida como tal pelos mais variados actores. As frentes da “securitização” são várias: da ‘recepção’ das coligações político-militares regionais esboçadas por uma Rússia ressurgente; aquela que tem reagido aos posicionamentos económicos e demográficos de uma China em plena afirmação estratégica; aos resultantes da assunção, pela Alemanha, pela França e pela Espanha, de um protagonismo cada vez mais explícito na venda de armamentos e equipamentos militares (aéreos, navais, e ‘logísticos’), nesta como noutras regiões emergentes, de um ponto de vista securitário. Aqui pouco mais farei senão arrolar factos e actividades.

Em termos meramente indicativos e numa enumeração simples de actuações ‘nevrálgicas’: num como noutro lado da bacia sul-atlântica, a China tem vindo a investir em população e infra-estruturas – contam-se hoje por centenas de milhares os chineses recém-estabelecidos em Angola, e por milhares também os que chegaram ao Estado de S. Paulo, no Brasil². A par e passo, também uma intervenção crescente da França se tem feito sentir, sobretudo na América do Sul e, aí, no Brasil: testemunha-o o apelidado “negócio Rafale”, com a

² Numa literatura cada vez mais abundante, ver, por todos, Ricardo Soares de Oliveira (2007), *Oil and Politics in the Gulf of Guinea*, Hurst Publishers and Columbia University Press, e a obra editada por Daniel Large, Christopher Alden e Ricardo Soares de Oliveira (2008), *China Returns to Africa: a Rising Power and a Continent Embrace*.

anunciada hipótese de venda, à Força Aérea Brasileira (FAB), de trinta e seis caças-bombardeiros “*omnirôle*” desse tipo às autoridades brasileiras; a competição, já com um bom par de anos é entre três caças, o F-18 *Super Hornet* da Boeing norte-americana, o *Rafale* F3 da Dassault, e o ainda em projecto *Gripen NG* da SAAB sueca – um negócio de tal modo faraónico que Obama terá tentado intervir pessoalmente junto ao Presidente Lula de modo a conseguir que aparelhos norte-americanos fossem preferidos, o que levou a um abatimento de 2,4 mil milhões de Euros por um Nicolas Sarkozy e uma Dassault apostados em manter a posição francesa na transacção [o montante global ascenderia, ainda assim a mais de 5 mil milhões de dólares US]³. No mesmo sentido vão os recentes anúncios de vendas, essas já conumadas, pelo Estado federal alemão, de cinco submarinos de propulsão nuclear a Brasília e três a Pretória⁴; Angola parece ter reagido de imediato, não querendo ficar fora desta “corrida”.



Figura 2. o cruzador russo Pyotr Veliky, da Marinha da Guerra russa, a caminho do porto de La Guaira, na Venezuela, Nov. 25, 2008, para exercícios militares conjuntos com a *Armada Bolivariana de Venezuela*.

A Rússia, pelo seu lado, tem acelerado a sua projecção regional também em Cuba e na Venezuela (para além dos exercícios militares navais já referidos), financiando e levando a cabo uma extensão de pistas militares nesses países, de modo a permitir a sua utilização por bombardeiros estratégicos seus, Tupolev-130 e porventura outros⁵ – e em Outubro de 2010 anunciando a sua ajuda financeira e técnica à criação de “um programa nuclear” venezuelano. Ao que tudo indica não é só no Norte do Atlântico Sul, nas Caraíbas e entre a Venezuela e a Colômbia, que foi desencadeada uma corrida armamentista vertiginosa.

³ Da enorme bibliografia disponível, apenas duas remissões quanto a uma compra que poderia incluir ainda doze aviões Rafale Marine para o porta-aviões brasileiro São Paulo (o antigo Foch francês, adquirido nos anos 90) e o segundo porta-aviões já anunciado pela Marinha Brasileira. No que toca ao mais recentemente aventado, vero artigo de Angela Pimenta intitulado “França confiante na compra dos caça Rafale pelo Brasil em 2010”, no *Portal Exame* de 21 de Setembro de 2010, em <http://portalexame.abril.com.br/blogs/esquerda-direita-e-centro/2010/09/21/franca-confiante-do-anuncio-da-compra-de-cacas-rafale-pelo-brasil-em-2010/>.

⁴ A título de mero exemplo, ver a tradução do artigo do *Deutsche Welle*, “Alemanha duplica exportações de armas”, republicado no Brasil a 15 de Abril de 2010 em <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,5357723,00.html>.

⁵ Ver, por todos, o artigo “Russia may send strategic bombers to Cuba, Venezuela”, uma notícia da *Interfax* publicada no site norte-americano da *Bloomberg*, e disponível em http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=newsarchive&sid=az_dyBk1Y3T0, na qual é citado o Major-General Anatoly Zhikharev, o Comandante-Chefe da Força Aérea Estratégica russa

A degradação material e discursiva de uma conjuntura de risco: a percepção crescente dos riscos por actores regionais

As reacções políticas, mesmo se tão-somente discursivas, a este influxo generalizado de Grandes Potências globais não se fizeram esperar. Nem são difíceis de compreender, tendo em vista os quadros cognitivo-securitários regionais. E são muitas vezes muito bem gizados e informados – pese embora uma marcada tendência para reducionismos economicistas e/ou anti-americanos de novo *à la page*.

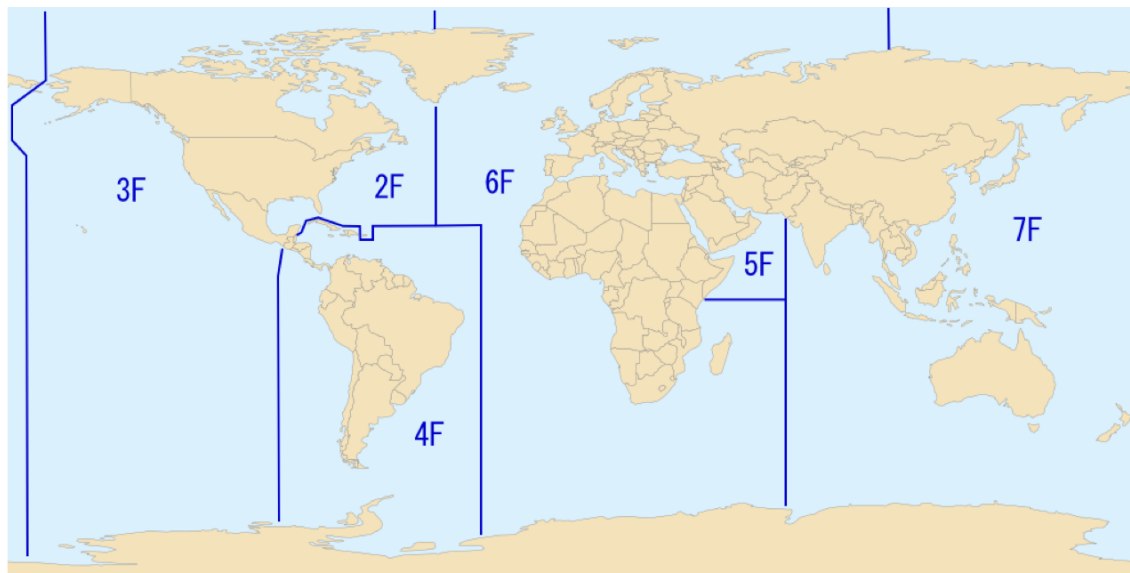


Figura 3. as *US Navy Fleets*, por áreas de responsabilidade, 2011.

Atendo-nos, novamente, a uma mão-cheia de exemplos, comecemos de novo pelo Brasil, e apenas com o caso específico do regresso em força da Marinha norte-americana. Eis a leitura do influente académico brasileiro Luiz Alberto Moniz Bandeira, logo em 2008, numa comunicação apresentada na Escola Superior de Guerra brasileira, em que aludiu à então actualíssima reactivação de uma IV Frota norte-americana que tinha sido eliminada em 1950, por então ser tida como desnecessária: “[a] restauração da IV Frota implica, decerto, diversos interesses estratégicos dos Estados Unidos. Mas o que torna evidente seu real objetivo é o fato de que o comando da IV Frota foi entregue ao contra-almirante Joseph Kernan, oficial da *US Navy SEAs (United States Navy Sea, Air and Land Forces)*, constituída pelas *Special Operations Forces*, da Marinha de Guerra, e são empregadas em ações diretas e em missões de reconhecimento especial, capazes de empreender guerra não convencional, defesa interna no exterior e operações contra o terrorismo. Um dos integrantes da IV Frota é um navio de assalto anfíbio, o USS Kearsarge (LHD 3), cuja principal missão é embarcação, deslocamento, desembarque de forças em qualquer parte do mundo, servindo como *Expeditionary Strike Group*, conceito militar introduzido na Marinha de Guerra dos Estados Unidos, no início dos anos 1990, e que consiste de forças altamente móveis e auto-sustentáveis para executar missões em várias partes do globo. E sua ‘missão humanitária’ começou em Santa Marta, na Colômbia, em coordenação com o Comando Geral das Forças Armadas e o Exército Nacional da Colômbia”⁶.

Como no texto que serviu de suporte à sua apresentação escreveu Moniz Bandeira, com algum *gusto* geopolítico, “[o] conflito entre a Rússia e a Geórgia mostrou que o ‘*arc of crisis*’, que

⁶ Estas afirmações podem ser encontradas em Luiz Alberto Moniz Bandeira (2008), “A importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos”, *Revista Espaço Acadêmico*, 89, <http://www.espacoacademico.com.br/089/89bandeira.htm>, no texto de uma Conferência apresentada na Escola Superior de Guerra, Brasil.

Zbigniew Brzezinski dizia estender-se do Paquistão até a Etiópia, circundando o Oriente Médio, é muito mais amplo e abrange toda a Ásia Central e o Cáucaso. Diante de tal situação, a importância geopolítica da América do Sul aumentou ainda mais, na estratégia de segurança dos Estados Unidos, que buscam fontes de fornecimento de gás e petróleo em regiões mais estáveis. O próprio Halford J. Mackinder, na sua conferência sobre o *'The Geographical Pivot of History'*, em 1904, ressaltou que o desenvolvimento das vastas potencialidades da América do Sul podia ter *'decisive influence'* sobre o sistema internacional de poder e fortalecer os Estados Unidos ou, do outro lado, a Alemanha, se desafiasse, com sucesso, a Doutrina Monroe". Moniz Bandeira concluiu com recomendações aos militares brasileiros, explicando no processo o seu raciocínio, que "[a dimensão] econômico-comercial certamente também pesou na decisão americana de reativar a IV Frota no Atlântico Sul, com a perspectiva de que a região se torne um dos grandes centros produtores de petróleo, em virtude das recentes descobertas de jazidas, na camada pré-sal no litoral de São Paulo e que provavelmente se estendem por todo o sul até o litoral da Argentina. [...] *Uma Segunda Guerra Fria foi deflagrada e envolve a América do Sul, onde a penetração dos Estados Unidos constitui um fator de instabilidade e inquietação. O elevado grau de turbulência interna e resistência e oposição da maioria dos governos à vontade dos Estados Unidos, denota claramente o desvanecimento de sua hegemonia, na região onde antes seu fiat tinha força de lei, e repercute, profundamente, sobre sua estratégia global, no sentido de impor a Pax Americana, i.e., 'preservar e estender uma ordem internacional amigável (friendly) à nossa segurança, nossa prosperidade e nossos princípios', conforme as diretrizes do Project for the New American Century (PNAC)*"⁷ [itálico meu].

Reações mais formais não tardaram, com base em medidas e quadros jurídico-legais que vinham de trás – e que, de algum modo viriam encontrar eco na reativação, em 2008, da IV Frota norte-americana. Em 2005, foi assinado pelo Presidente da República, sem qualquer alarde ou publicidade, o Decreto n.º 5.484, de 30 de Junho, aprovando uma nova Política de Defesa Nacional (PDN) para o Brasil. Este decreto entrou em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, edição n.º 125 de 1º de Julho de 2005. O Decreto n.º 5.484 determina também que “os órgãos e as entidades da administração pública federal deverão considerar, em seus planejamentos, ações que concorram para fortalecer a Defesa Nacional. Voltada preponderantemente para ameaças externas, a nova PDN compõe-se de uma parte política (que trata dos conceitos, do ambiente internacional e nacional e dos objetivos da defesa) e de uma parte estratégica (que aborda as orientações e diretrizes)”⁸. O documento normativo divide a política de defesa brasileira em duas regiões. “Na Amazônia, destaca-se a necessidade de ações estratégicas visando ao fortalecimento da presença militar, à efetiva ação do Estado no desenvolvimento e à ampliação da cooperação com países vizinhos. No Atlântico Sul, defende-se a necessidade de meios para exercer a vigilância e a defesa das águas jurisdicionais brasileiras na ‘Amazônia Azul’, bem como para manter a segurança das linhas de comunicações marítimas. Também destaca-se a necessidade de exercer a vigilância, o controle e a defesa do espaço aéreo brasileiro. Admite-se o emprego das Forças Armadas contra ameaças internas, visando à preservação da soberania e da unidade nacionais. Também incluem atuar para manutenção de um clima de paz e cooperação nas fronteiras; intensificar o intercâmbio com Forças Armadas de nações amigas, principalmente na América do Sul e África Ocidental; contribuir para a integração regional, com ênfase na base industrial de defesa; e participar ativamente das decisões sobre o destino da Antártica. Finalmente, incluem dispor de capacidade de projeção de poder para operações no exterior; criar novas parcerias com países amigos para desenvolver tecnologias de interesse da defesa; participar de missões de paz ou humanitárias, de acordo com os interesses nacionais; e participar crescentemente dos foros internacionais de decisão, visando a aumentar a capacidade de negociação do País”⁹.

⁷ Eduardo Italo Pesce (2005), “A nova política de defesa nacional”, *Segurança e Defesa*, http://www.segurancaedefesa.com/Nova_PDN.htm.

⁸ Idem.

⁹ Em Eduardo Italo Pesce (2005), “A nova política de defesa nacional”, *Segurança e Defesa*, http://www.segurancaedefesa.com/Nova_PDN.htm.

Longe de se tratar de posturas unilaterais do Brasil, as convergências emergentes, até há bem pouco improváveis, são muitas e significativas. Um exemplo singular valerá por todos. No que diz respeito ao renascer recente da questão das Malvinas/Falkland, o argentino G. Montenegro respondeu com uma pontaria não muito diferente das dos brasileiros ou angolanos: “[a] Argentina, o Chile, o Brasil e a Grã-Bretanha apresentaram, nesses últimos anos, as suas propostas de prolongamento da chamada Plataforma Continental (PC) à comissão de limites da ONU. Trata-se do prolongamento natural dos países, que excede as 200 milhas da sua Zona econômica exclusiva, até um limite de 350 milhas, a partir da linha da costa. Uma vez esta plataforma reconhecida pela ONU, o Estado costeiro tem direito à exploração e exploração dos recursos do solo e subsolo marinhos. Outras tensões vêm da descoberta de reservas consideráveis de petróleo nas águas brasileiras, da importância do lítio, por exemplo na Bolívia, todo isso instala uma nova dimensão geo-estratégica na região. *Desse ponto de vista também, o panorama esta mudando. Nossa região goza de uma tranquilidade relativa. Nos últimos anos, porém, vimos surgir conflitos diplomáticos, inclusive atividades militares bastante intensas: entre Equador e Colômbia, entre Colômbia e Venezuela. Sem falar da reativação da quarta frota americana, a relação de alguns países com Irã e o convite da Venezuela para que os navios de guerra russos façam exercícios na região. Até agora, não são elementos susceptíveis de deflagrar conflitos. Mas precisa-se prestar atenção*”[itálico meu]¹⁰. A juntar-se a isto poder-se-ia ainda citar o desenvolvimento, em tandem, pela Argentina e Brasil, de um sistema de ‘canhões laser’ contra e a partir de satélites artificiais – bem como um projecto de um novo sistema conjunto de GPS próprio.

Do outro lado do Atlântico Sul, na costa africana, preocupações semelhantes têm vindo a ser enunciadas. Assim, também a *Revista de Marinha* angolana publicou um artigo, a que deu o título “Os grandes interesses no Atlântico Sul”, no qual se lê que “[o] Atlântico Sul é hoje o principal espaço marítimo aberto que está a emergir no campo do petróleo, com facilidade logística e de resposta rápida para as potências ocidentais do Norte, em particular para o novo hegemonismo, os EUA. Está a assumir uma importância estratégica como plataforma *offshore* com significado mundial e como ‘corredor’ de fornecimento alternativo. Basta pensar no agravamento da situação no Mediterrâneo, no Golfo Pérsico ou no estreito de Bósforo (por efeito de alterações na Turquia e turbulência no Mar Negro), e numa eventual perda total de controlo da situação no Mar das Caraíbas (turbulência na Venezuela, o segundo maior produtor latino-americano depois do México, e na Colômbia), para se perceber como o Atlântico Sul pode ser uma verdadeira válvula de segurança. A batalha pelo controlo político, incluindo militar, e económico deste vasto espaço marítimo vai, por isso, agudizar-se nos próximos anos”¹¹.

Uma reacção semelhante à sul-americana? E, se sim, porquê e em que sentido? Como escreveu com lucidez há já alguns anos António Pinheiro, um Coronel português no activo especializado na África, “[a]té ao fim da Guerra Fria, a relativa indiferença de Washington sobre o continente africano tem por base a ‘sub-empregada geopolítica’ tacitamente contratualizada, até então, com a França. [A partir do 11 de Setembro tudo mudou.] Sob o pano de fundo da *War on Terror*, os Estados Unidos ‘reestrategizaram’ o continente africano. Ciente da sua dependência em matérias-primas vitais para a sua economia, disputadas ferozmente pela China, e preocupado em “securizar” os seus aprovisionamentos no médio prazo, Washington tem multiplicado os acordos políticos e militares com a maioria dos países africanos. As Forças Armadas, as companhias petrolíferas e as empresas americanas de consultoria no âmbito da segurança são vectores privilegiados desta nova estratégia”¹².

Num como noutro caso, na América Central e do Sul e na África Ocidental, a percepção regional, e também norte-americana, da urgência de uma securitização tem-se feito sentir. Dois rápidos exemplos. Entre 18 e 23 de Março de 2011 tiveram lugar no Golfo da Guiné exercícios

¹⁰ Idem.

¹¹ <http://www.mga.gv.ao/revistamarinha/edicao13/dossier07.htm>

¹² António Pinheiro (2006), “Modelos de ‘africanização’ das Operações de Apoio à Paz”, *Nação & Defesa* 114 - 3.ª série, pp. 141-168: 150.

militares navais de uma escala inusitada, intitulados de *Obangame Express*¹³. Foram nove os Estados que neles participaram: os Estados Unidos, os Camarões [que actuaram como anfitriões, ao albergar o centro de comando para o exercício conjunto na base naval camaronesa de Doula], a Nigéria, o Gabão, São Tomé e Príncipe, a República do Congo, a França, a Bélgica, e Espanha. Sete destes países (os EUA, os Camarões, a Nigéria, o Gabão, a França, a Bélgica, e Espanha) bem como o CEEAC, incluíram navios seus nos *Obangame Express*. Como foi declarado na *Media Fact Sheet* da Embaixada de Washington em Yaoundé, Camarões, “*Obangame Express is a multinational maritime military exercise organized by United States Africa Command (headquartered in Stuttgart, Germany) and United States Naval Forces Africa (headquartered in Naples, Italy) in collaboration with Cameroon, members of the Economic Community of Central African States (CEEAC), and international partners. [...] The exercise is part of the Africa Partnership Station (APS) program of United States Africa Command (also known as ‘AFRICOM’) and its international partners*”.

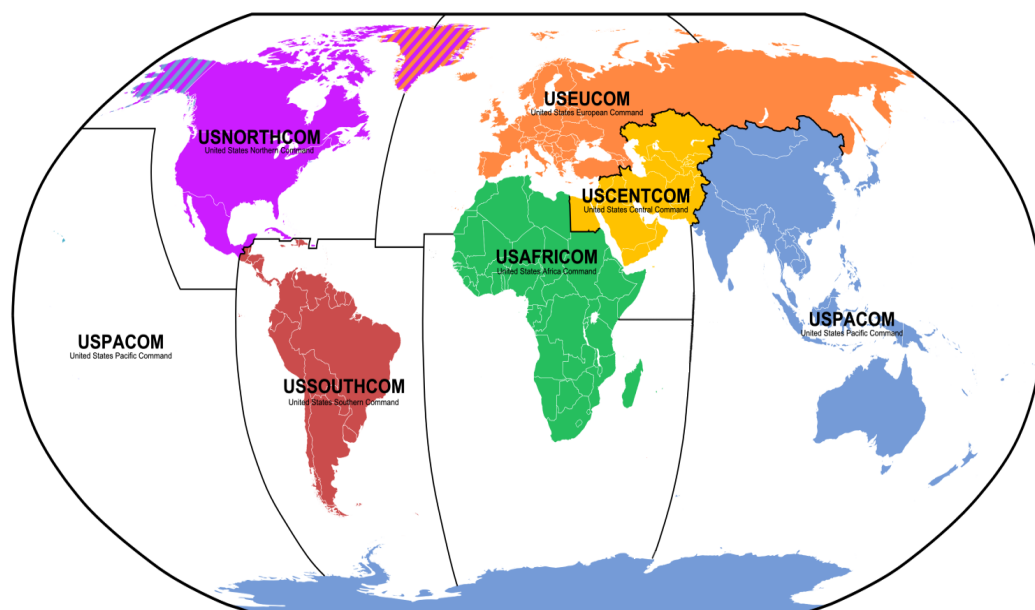


Figura 4. Quadrícula, em 2011, dos sete *Unified Combatant Commands* norte-americanos no Mundo, 2011; o AFRICOM data de 2008.

Na faixa vertical a ocidente, do lado sul-americano, um outro exemplo paralelo servirá também por todos, com o intuito de desconstruir ilusões. De Novembro a Dezembro de 2010, tiveram lugar no Natal, no nordeste brasileiro, os maiores exercícios aéreos da história do Continente, a CRUZEX V (a Operação Cruzeiro do Sul, número 5). Neles participaram pela primeira vez, *a convite brasileiro*, tripulações e aviões da Força Aérea dos Estados Unidos da América – bem como, embora em menor escala, os seus equivalentes laterais chilenos, uruguaios, argentinos e franceses, lado a lado com brasileiros e norte-americanos. Tratou-se de um exercício aéreo multinacional de grande porte, que reuniu, durante semanas, meios de diversas Forças Aéreas seguindo o *modus operandi* empregue pela NATO. O cenário escolhido foi interessante: neste “exercício de dupla-ção, baseado em um conflito simulado de baixa intensidade, as Forças Azuis (Forças da Coalizão) combatem as Forças Vermelhas (Forças Opositoras). A operação multinacional durou de 28 de Outubro a 20 de Novembro de 2010 e, incluiu quase 950 descolagens e cerca de 1.200 horas de voo, constituiu o maior exercício de

¹³ Para informações suplementares, ver as bastante pormenorizadas tornadas disponíveis pela Embaixada dos Estados Unidos em Yaoundé, nos Camarões, acessível a 15 de Abril de 2011 em <http://beegeagle.wordpress.com/2011/03/28/nigerian-navy-participate-in-multinational-sea-exercise-in-the-gulf-of-guinea/>

guerra aérea simulada que alguma vez teve lugar na América do Sul¹⁴. Os mapas utilizados no exercício foram explícitos, delineando com clareza um bojo semelhante ao do norte da América do Sul, lá onde estão localizadas a Venezuela e a Colômbia.

O ponto que me parece de sublinhar é o da escala destas operações conjuntas – bem como o simples facto da sua realização, por debaixo de discursos políticos regionais anti-americanos ou dos apaziguadores provindos de Washington, que, pensaríamos, iriam inviabilizá-las. O processo parece imparável, mesmo com a Administração Obama agora no poder – e, tal como vem sendo o caso para as outras potências a que antes aludi, é o de um posicionamento tão sistemático quão progressivo e abrangente do poder norte-americano, e os esforços dos seus adversários para o contra-balançar, numa grande região cuja centralidade não pára de aumentar. Com formulações discursivas e atitudes destas, o baptismo securitário da região sul-atlântica parece consumado...

Podemos ir mais longe. A ausência, sequer, de uma simples arquitectura institucional de segurança num Atlântico Sul com um protagonismo crescente e multidimensional faz-se sentir hoje, e gravosamente, em pequenos factos e incidentes que nos poderiam, por descuido, parecer avulsos. Mas que o não serão. Vale decerto a pena enumerar alguns: em Maio de 2010, o turbulento Julius Mulema, o jovem Presidente da YLANC, a “Liga da Juventude” do *African National Congress* sul-africano – o partido no poder – foi indiciado pelo seu próprio partido em resultado dos contactos que vem mantendo, “sem autorização superior”, com o Presidente Hugo Chavez da Venezuela¹⁵; o mesmo Hugo Chavez que oficialmente propôs ao Presidente Lula da Silva, em inícios de Abril de 2008, a criação e liderança conjunta de uma *South Atlantic Treaty Organization* (que intitulou de SATO), como “contraponto” à NATO “dos norte-americanos”¹⁶; segundo um relatório classificado de 2010 sobre a segurança costeira na Namíbia, Angola e nos dois Congos – vários milhares de quilómetros peçados de inúmeros recursos, de diamantes a petróleo, e minérios variados – redigido por um Estado nórdico, a alguns elementos do qual me foi permitido acesso, lamenta-se haver apenas entre uma centena e meia e duas centenas de homens (*ninjas* angolanos, como são conhecidos) com apenas um par de fragatas coreanas; a situação no Delta do Níger, continua caótica; e está em curso um reacender das tensões entre o Reino Unido e a Argentina quando às Ilhas Falkland/Malvinas. Muitos outros factos e eventos avulsos deste tipo haverá... e em Novembro de 2011, Mulema foi “suspensão” pelo Presidente Zuma devido a esse e outros “abusos estridentes”.

O que em muitos casos é menos aparentemente avulso, será a evidência de a percepção crescente – e muitas vezes cada vez mais agonística no tom – de ameaças securitárias ter até ao momento, pelo menos entre actores regionais e globais mais atentos a esse “baptismo”, desencadeado reacções estruturadas e concretas cada vez mais claras. Alguns exemplos. Desde há muito que o amplo arquipélago de Cabo Verde tem vindo a ser encarado como “uma porta”, “um trinco”, ou “uma fechadura”, “o gargalo”, que pode permitir, ou impedir, a ligação do Atlântico Norte ao Sul. Outro tanto foi implicitamente reconhecido por Solomon Passy em 2005 – então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bulgária, mais tarde, em 2009, candidato ao lugar de Secretário-Geral da NATO – ao propor, formalmente, a inclusão pura e simples do Estado cabo-verdiano na Aliança Atlântica; embora tal não tenha sido aceite – entre outros Estados-membros da organização, a Grécia opôs-se-lhe – alguns destes, entre eles Portugal, coligaram-se de um modo semi-formal, numa “Declaração de Lanzarote”, em 13 de Junho de 2009, celebrada com o intuito de esboçar um esboço de uma arquitectura securitária *soft* (virada para a criminalidade organizada, a saúde e o ambiente) para o espaço meridional atlântico que se estende a sul do espaço jurisdicional aliado.

¹⁴ O *site* oficial do CRUZEX V, da responsabilidade da Força Aérea brasileira, pode ser facilmente visitado em <http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php>

¹⁵ Quanto a isto, ver, via Google, o artigo intitulado “Youth league president remains defiant on nationalization of South African mines”, que aparece repetido em dezenas de publicações.

¹⁶ Ver o artigo intitulado “Venezuela e Brasil podem criar Organização do Tratado do Atlântico do Sul” na edição em língua portuguesa do famoso jornal *Pravda*, de 14 de Abril de 2008, disponível em URL: <http://port.pravda.ru/mundo/22354-criar-0>

Seguramente mais sério – embora menos fácil de ponderar – tem sido o estabelecimento de laços cada vez mais densos entre Hugo Chavez e o Presidente russo Dmitri Medvedev (que se irá decerto adensar com o regresso anunciado de Vladimir Putin à Presidência da Federação Russa) e o iraniano Mahmoud Ahmadinejad. Bem como o apoio que este último recebeu, directa e indirectamente, do Presidente brasileiro Lula no que toca as pretensões nucleares persas. Num *coup de théâtre* político-diplomático curioso, umas semanas antes de o Brasil, enquanto membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ter votado contra a ampliação das sanções ao Irão, Hans Rühle, um antigo Director-Geral da Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa alemão federal publicou, na em muitos sentidos oficiosa *Internationale Politik*, do *German Council for Foreign Relations*, um notável artigo intitulado “*Brazil and the Bomb. Vexing nuclear activities in South America*”, pormenorizando as muitas actividades secretas de nuclearização de um Brasil que, também assim, estaria a esvaziar de conteúdo os Tratados de Não-Proliferação já tão fragilizados¹⁷. Seja qual for a verdade dos factos, de toda a evidência, a inexistência de uma arquitectura de segurança para o sul do Atlântico está a tornar-se muitíssimo perigosa – quanto mais não seja nas paradas político-diplomáticas a que dá azo.

Uma janela de oportunidade: limites do que podemos com realismo ensaiar

Terminarei com o que considero algum *educated guesswork* no que diz respeito às implicações potenciais, para os interesses portugueses e ‘lusófonos’. Retomo o mote do que escrevi de início. Embora sem ambicionar uma qualquer verdadeira resposta, cabe equacionar neste ponto uma pergunta. Qual o impacto desta desregulação e deste recentramento – chame-se-lhe assim – para o futuro de uma ‘lusofonia’ que, a ser construída, terá inevitavelmente o seu centro de gravidade no Atlântico Meridional?

Por muito que nos custe, não é fácil aventar uma resposta plausível a esta interrogação. Como é tantas vezes o caso em política, a melhor solução não se apresenta como possível. Não será decerto óbvio que o Brasil, ou Angola, ambos em crescimento pujante, venham a encarar quaisquer construções supra-nacionais, ou mesmo intergovernamentais, como menos do que lesivas dos seus interesses nacionais. Em todo o caso, parece ser liminarmente de excluir a ideia de que qualquer um destes Estados venha a liderar essa hipotética entidade, sejam quais forem os seus registos político-discursivos: nunca os norte-americanos o permitiriam, como é bom de ver – mesmo se o quisessem, não creio que tal conseguisse demover os Estados Unidos de se estabelecer hegemonicamente numa região que consideram parte integrante da profundidade estratégica que têm como essencial para a defesa eficaz dos seus interesses. Mas, para além disso, os norte-americanos não parecem de todo inclinados a permitir ou tolerar o crescendo que se tem vindo a sentir como uma cada vez mais séria desregulação securitária numa zona que encaram (dentro e fora do quadro fornecido pela Doutrina Monroe e no âmbito da sua estratégia de diversificação de fontes energéticas de abastecimento e da sua segurança) como crucial para os seus próprios interesses.

A bem ou a mal, cedo ou tarde, vai ser montada uma arquitectura robusta de segurança no Atlântico Sul. E esta vai afectar interesses geopolíticos, geo-económicos e estratégicos dos Estados, sobretudo dos Estados ribeirinhos do *Mare Nostrum* lusófono que é o Atlântico Sul. O que nos resta, então? No Mundo real, o desenlace mais exequível passa decerto pelo alinhamento dos países lusófonos do Norte e do Sul do Atlântico com um projecto meta-regional que só os Estados Unidos estariam em condições de liderar. Convém sublinhar que reconhecer este facto de maneira nenhuma soletra que estejamos a aceitar uma subalternização. A nossa capacidade negocial tem limites; mas temo-la. O Brasil e Angola, em alta e bem localizados, estão em embrenhada e particularmente boa posição para uma parceria estratégica

¹⁷ O artigo pode ser facilmente encontrado em www.ip-global.org. Uma versão simplificada foi poucos dias antes da votação em Nova Iorque foi republicada inúmeras vezes, como o mostra uma simples busca.

com Washington – tal como o está Portugal, na NATO e com os Açores e a Madeira como *atouts*. Há que esgrimir estas valias. Elas valem, porém, apenas o que valem. E não contam tanto quanto quereríamos. Por muito que tal nos custe, parece-me perigoso e descabido ambicionar mais do que tentar conseguir maximizar as vantagens que esses posicionamentos e esse peso regional nos dão.

Para me ater, neste ponto, a um só exemplo, certamente o mais importante, o do Brasil. A questão é sentida, pelas autoridades do Brasil, em simultâneo, nos planos económico, jurídico, e securitário. É fácil de compreender que radica largamente aqui o novo Conceito Estratégico de Defesa do Brasil, bem como as suas compras de armas, designadamente os submarinos e os aviões caça-bombardeiros, e novos porta-aviões – um Conceito no qual assume lugar central a “[d]efesa pró-ativa das plataformas de petróleo”, como um dos principais objectivos da Marinha Brasileira¹⁸. Seguramente a posição de Brasília enraíza aí – e no estabelecimento de bases norte-americanas na Colômbia bem como na reactivação, pelo Presidente George W. Bush, de uma IV Esquadra com jurisdição sobre as Caraíbas e o Atlântico Sul: o Brasil, em plena fase de crescimento e afirmação, tornou-se sensível à centralidade cada vez maior de um potencial energético que está à porta, e da urgência de garantir a sua segurança face a quaisquer “influências externas” – seja qual for a sua origem. Pense-se, por exemplo, nas hoje famosas tomadas de posição pelo Ministro brasileiro da Defesa, Nelson Jobim¹⁹, sempre em oposição a uma presença militar norte-americana nos “seus” mares; e pense-se no que isso significa de “securitização”. Desde há muito, com efeito, que a securitização faz já como que parte da paisagem mental, do *mind space*, dos decisores políticos que no Brasil pensam o Atlântico Sul, embora o faça, quase casuisticamente, em níveis diferentes de intensidade. Mas ao que parece com um propensão para um crescendo. Os diplomas normativos parecem tender, no país, a uma polarização discursiva de uma intensidade relativamente alta, preventiva e contextualmente ‘securitizando’ (e, para alguns, sobre-securitizando) as leituras implícitas que fazem em termos de uma visão do lugar estrutural do Brasil na ordem internacional – e, por essa via, erigindo em situação estrutural uma reacção conjuntural.

Não parece no entanto prudente deitar fora o bebé com a água da banheira, em simultâneo sobre- e sub-securizando. Como muito bem notou o investigador português Pedro Seabra²⁰, “*at the end of the day, growing security concerns for certain parts of the continent – the Gulf of Guinea, for instance – only help fuel the notion that some kind of international cooperation is required in order to properly tackle every regional threat. What would Brazil do, far from its own shores, when confronted with a hypothetic NATO support mission in these Atlantic waters or even a follow-up of the organization’s Steadfast Jaguar military exercises in Cape Verde in 2006? Its local economic interests would have to be taken into account but it is reasonable to question if they can actually be translated into effective influence in the area. In other words, would Africa also be under Brazil’s guard? Unlikely or farfetched as it may sound, the question arises if one follows through with Brazil’s ‘South Atlantic turf reasoning, thus exposing its main conceptual flaw’.*”

Mesmo num cenário optimizado, a ‘Lusofonia’ está cada vez mais cativa de um *Mare* cada vez menos estável e seguro onde, caso tenha um mínimo de realismo, não cabe, infelizmente, senão esperar ser um segundo violino. Mas em todo o caso um violino de alguma

¹⁸ Estratégia de Defesa Nacional (2008), *op. cit.*: 20.

¹⁹ Ver, por exemplo, Nelson A. Jobim,, palestra de Encerramento da Conferência Internacional intitulada “O Futuro da Comunidade Transatlântica” (16-17 de Abril de 2010); e (2010), NATO presence in South Atlantic “inappropriate” says Brazil”, MercoPress (16 de Setembro), disponível a 2 de Março de 2011, em <http://en.mercopress.com/2010/09/16/nato-presence-in-south-atlantic-inappropriate-says-brazil>. Ver, ainda, Cláudia Antunes (2010), “Ministro da Defesa ataca estratégia militar de EUA e OTAN para o Atlântico Sul” (*Folha de S. Paulo*, 4 de Novembro). descarregado da internet a 02 de Março de 2011 a partir de <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/825261-ministro-da-defesa-ataca-estrategia-militar-de-eua-e-otan-para-o-atlantico-sul.shtml>

²⁰ Pedro Seabra (2010), *op. cit.* : p 4. Na página seguinte (a p. 5) P. Seabra afirma que “[a] permanent consulting structure similar to the existing NATO-Russia Council is unthinkable at this point, but a bilateral trust building mechanism that could dwell on common security challenges and possible mutual responses could very well symbolize a step within reach”, um ponto que não compreendo. Um Conselho deste tipo não só me parece possível como desejável; entre outras coisas, significaria um reconhecimento que Brasília compreensivelmente anseia e, se bem gerido, um eventual passo no sentido da obtenção de um tão ambicionado assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

importância. Portugal, para me restringir a um só exemplo, pode tirar algum partido dos vários palcos e *fora*, em que, simultaneamente, participa – a NATO, a UE, a CPLP, a “parceria estratégica” que mantém com a China, consubstanciada no “Fórum Macau”, ou até, com menor autonomia, as Cimeiras Ibero-Americanas em que coopera. O Brasil e Angola podem decerto fazer outro tanto nos *fora* em que cada um deles participa – e com isso conseguiremos, eventualmente, criar sinergias. Mas de pouco nos servirá: o poder efectivo que temos é sobretudo ‘estrutural’ e não relacional.

As consequências que daqui retiro são minimalistas. Em nome do nosso *bem comum lusófono*, há que ter os pés bem fincados no chão: face à corrida em curso ao Atlântico Sul, não vai ser a Lusofonia, nem vai ser um Portugal limitado – por muito que sonhemos em deixar de novo de o ser –, nem vai ser o Brasil, mesmo com uma UNASUR²¹ – por muito que o Estado brasileiro o queira, e apesar de estar a construir uma *brown-, green-, e blue-water navies*, e de desde 2005 ter um plano estratégico para a protecção da Amazónia Azul e outro para o Sul do Brasil, quem vai travar os ímpetus dos novos actores, dos velhos e das novas ameaças. Nem vai ser Angola – por muito que esta agora deseje adquirir uma Marinha de Guerra – quem vai montar a tão imprescindível arquitectura securitária num bacia contígua com a do Atlântico Norte. É certo que, como tem vindo a insistir o General José Alberto Loureiro dos Santos²², um “clube lusófono” de segurança e defesa pode e deve ser criado – embora tal não se adivinhe fácil, ou sequer muito plausível num plano mais do que simbólico. O que não devemos é esperar muito daí – e decerto nunca uma real capacidade para desafiar com eficácia a hegemonia regional crescente das Grandes Potências que entrevêem, no Atlântico Sul, ameaças e incitações que se sentem impelidas a conter. O realismo tem de imperar. Em nome do nosso passado comum devemos-lo ao futuro: quer o queiramos quer não, irão ser os norte-americanos, que já lá estão e em força, quem vai orquestrar o processo – e vai ser porventura como uma extensão mais ou menos informal da NATO, ou num formato ao desta aparentado, que essa arquitectura será construída.

Em última instância, o desafio que defrontamos é o de conseguir não ficar fora da arquitectura de segurança que aí vem. A questão, insisto, não é a de saber se será a ‘Lusofonia’ – uma entidade, convenhamo-lo, todavia *in fieri* – quem vai lograr erigir, em tempo útil, no Atlântico Meridional, uma arquitectura estável de segurança. Repito, é antes a de conseguirmos não ficar marginalizados daquela que virá a ser aí erigida por outros, quedando-nos nós – e desta feita, nós *todos* – no lugar de meros observadores passivos de um novo *Great Game* geopolítico e geo-económico de cujos movimentos iniciais somos desde há alguns anos testemunhas.

²¹ Pedro Seabra (2010), “UNASUR. South America's wishful thinking”, *ViewPoints*, IPRIS, Fevereiro.

²² José Alberto Loureiro dos Santos (2009), “Um clube lusófono de segurança”, *Expresso*, a 28 de Março, disponível a 04 de Março de 2011 em <http://aciou.expresso.pt/loureiro-dos-santos-quer-clube-lusofono-de-seguranca=f505869>. Mais recente e menos ambiciosamente, o General Loureiro dos Santos sugeriu a materialização de “uma parceria estratégica” com a NATO, na qual “o eixo Lisboa-Brasília” pudesse desempenhar “um papel de abertura” em relação ao “seu contraponto”, “o eixo Lisboa-Washington”, em José Alberto Loureiro dos Santos (2011), “Uma Visão Portuguesa da Segurança no Atlântico Sul”, *Nação e Defesa*, 128: 28-29 – sem aludir a um “clube lusófono de segurança”.

BIBLIOGRAFIA

- Antunes, Cláudia (2010), “Ministro da Defesa ataca estratégia militar de EUA e OTAN para o Atlântico Sul” (*Folha de S. Paulo*, 4 de Novembro). descarregado da *internet* a 02 de Março de 2011 a partir de <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/825261-ministro-da-defesa-ataca-estrategia-militar-de-eua-e-otan-para-o-atlantico-sul.shtml>
- APA (2010), “Youth league president remains defiant on nationalization of South African mines”, disponível, por exemplo, na *Afrique Avenir*, em <http://www.afriqueavenir.org/en/2010/05/08/youth-league-president-remains-defiant-on-nationalization-of-safrican-mines/>
- Castro, Fidel (2008), “Respuesta hemisférica yanqui: la IV Flota de intervención”, *Radio Ciudad del Mar*, de Havana, Cuba, disponível no *site* original <http://www.rcm.icrt.cu/noticias/reflexionesfidelcastro/reflexionesfidel sobrefuerzamilanar.htm>
- CRUZEX V, da responsabilidade da Força Aérea brasileira, visitado em <http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php>
- Deutsche Welle (2010), “Alemanha duplica exportações de armas”, traduzido e republicado no Brasil a 15 de Abril de 2010 em <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,5357723,00.html>.
- Estratégia Nacional de Defesa, o texto está acessível em http://www.fab.mil.br/portal/defesa/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf
- Gorjão, Paulo (2010), “The end of a cycle: Rebalancing and redefining Portugal’s foreign policy” (IPRIS Lusophone Countries Bulletin, No. 3, Janeiro), Lisboa.
- _____ (2010), “The repercussions of Brazil’s increasing diplomatic assertiveness”, *ViewPoints*, IPRIS, Outubro.
- Interfax (2008), “Russia may send strategic bombers to Cuba, Venezuela”, uma notícia provinda de Moscovo, republicada no *site* norte-americano da *Bloomberg*, e a 04 de Março de 2011 disponível em http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=newsarchive&sid=az_dyBk1Y3T0
- Jobim, Nelson A., palestra de Encerramento da Conferência Internacional intitulada “O Futuro da Comunidade Transatlântica” (16-17 de Abril de 2010).
- _____ (2010), NATO presence in South Atlantic “inappropriate” says Brazil”, *MercoPress* (16 de Setembro), disponível a 2 de Março de 2011, em <http://en.mercoPress.com/2010/09/16/nato-presence-in-south-atlantic-inappropriate-says-brazil>
- Large, Daniel, Christopher Alden and Ricardo Soares de Oliveira (org.), (2008), *China Returns to Africa: a Rising Power and a Continent Embrace*, Hurst Publishers and Columbia University Press.
- Loureiro dos Santos, José Alberto (2009), “Um clube lusófono” de segurança”, *Expresso*, a 28 de Março, disponível em <http://aeiou.expresso.pt/loureiro-dos-santos-quer-clube-lusofono-de-seguranca=f505869>
- _____ (2011), “Uma Visão Portuguesa da Segurança no Atlântico Sul”, *Nação e Defesa*, 128: 19-29.
- Marques Guedes, Armando (2010), “La lusofonia nella partita del Sud-Atlantico”, *Limes* 5-2010: 55-67, *Rivista Italiana di Geopolitica*, numero speciale, *Il Portogallo è grande*, Italia.
- _____ (2011), “A Nova Geopolítica do Atlântico Sul”, na *Revista de Marinha*: 20-24, Lisboa.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto (2008), “A importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos”, *Revista Espaço Acadêmico*, 89, <http://www.espacoacademico.com.br/089/89bandeira.htm>
- Pesce, Eduardo Italo (2005), “A nova política de defesa nacional”, *Segurança e Defesa*, http://www.segurancaedefesa.com/Nova_PDN.htm

- _____ (2010), “O Atlântico Sul no contexto sul-americano de segurança e defesa”, publicado no *Monitor Mercantil* de 9 de Julho de 2010, Brasil.
- Pimenta, Angela (2010), “França confiante na compra dos caça Rafale pelo Brasil em 2010”, no *Portal Exame* de 21 de Setembro de 2010, em <http://portalexame.abril.com.br/blogs/esquerda-direita-e-centro/2010/09/21/franca-confiante-do-anuncio-da-compra-de-cacas-rafale-pelo-brasil-em-2010/>.
- Pinheiro, António (2006), “Modelos de ‘africanização’ das Operações de Apoio à Paz”, *Nação & Defesa* 114 - 3.^a série, pp. 141-168.
- Política de Defesa Nacional (2005), um Decreto cujo texto integral está disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004_2006/2005/Decreto/D5484.htm.
- Pravda (2008), “Venezuela e Brasil podem criar Organização do Tratado do Atlântico do Sul”, edição em língua portuguesa de 14 de Abril de 2008, disponível em: <http://port.pravda.ru/mundo/22354-criar-0>
- Rühle, Hans (2010), “Brazil and the Bomb. Vexing nuclear activities in South America”, *Internationale Politik*, German Council for Foreign Relations, Berlin.
- Seabra, Pedro (2010), “UNASUR. South America's wishful thinking”, *ViewPoints*, IPRIS, Fevereiro.
- _____ (2010), “South Atlantic crossfire. Portugal in-between Brazil and NATO”, IPRIS, *Viewpoints*, descarregável em 2 de Março de 2010 de www.ipris.org/php/download.php?fid=304
- Soares de Oliveira, Ricardo (2007), *Oil and Politics in the Gulf of Guinea*, Hurst Publishers and Columbia University Press.